

Conselho Geral

ATA DO CONSELHO GERAL - ATA N.º 69

Aos 28 dias de julho pelas dezassete horas e trinta minutos, na sala B26, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Albufeira Poente, sob a presidência do Professor Jorge Duarte Serra, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e de acordo com o disposto no Regulamento Interno, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião de 14 de maio;
2. Informações;
3. Apreciação e votação do Relatório de Avaliação do Plano Anual de atividades (PAA) 2025/2026;
4. Alteração do Regulamento Interno;
5. Parecer sobre os critérios para constituição de turmas, elaboração de horários e distribuição de serviço para o ano letivo 2026/2027;
6. Aprovação do mapa de férias do Sr. Diretor;
7. Apreciação da atividade desenvolvida pelo Diretor;
8. Outros assuntos.

Registaram-se as seguintes ausências:

- Representante do Pessoal Não Docente - Maria da Conceição Nobre;
- Representante dos alunos - Isaac Saraiva Fernandes;
- Representante da Comunidade Local - Patrícia Dias Seromenho;
- Representante da Comunidade Local - Hélder Faria Martins;
- Representante da junta de freguesia de Albufeira e Olhos D'água – Cláudio Marujo;
- Representante da Junta de Freguesia da Guia – Dinis Nascimento.

A reunião iniciou-se com 30 minutos de atraso com a leitura e aprovação da ata anterior com 11 votos a favor e duas abstenções. O Presidente, informou os conselheiros que tinha recebido um email às 16h37, referente à ata número 65, mas atendendo à hora tardia de receção do referido email, este assunto será abordado na próxima reunião de Conselho Geral.

O Presidente da reunião solicitou que todos os intervenientes falassem de forma clara e à vez, de modo a facilitar a identificação das intervenções em eventual audição posterior das

gravações. Foi ainda referido que os membros presentes no fundo da sala deveriam falar mais alto, tendo sido igualmente sugerida outra vez a aquisição de um sistema de gravação mais adequado, uma vez que o equipamento existente se revela insuficiente.

De seguida, passou-se à apreciação e aprovação da ata da reunião de 14 de maio.

Passando ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente referiu que na sequência da consulta realizada aos/às Conselheiros/as, por via eletrónica, para apreciação do Recurso Hierárquico interposto da decisão de arquivamento do Processo Disciplinar n.º 26-ESA-25/26, informa-se que o resultado da votação foi o seguinte:

Onze Conselheiros/as votaram favoravelmente a proposta de deliberação;

Três Conselheiros/as apresentaram declaração de voto, na qual manifestaram o entendimento de que não deveriam participar na votação da referida deliberação.

Em consequência da deliberação validamente aprovada, o Conselho Geral solicitou ao Senhor Diretor que procedesse à anulação do despacho de arquivamento proferido em 13 de maio de 2026 e determine a reabertura do Processo Disciplinar n.º 26-ESA-25/26, para efeitos da realização das diligências complementares consideradas necessárias à adequada instrução do processo.

Seguidamente, o Diretor do Agrupamento deu as seguintes informações:

1. No que diz respeito aos Exames Nacionais, no dia 17 do presente mês, os resultados dos Exames Nacionais da 1.^a Fase foram afixados, tendo ficado a ESA aberta até às 23h do mesmo dia e, no dia seguinte, das 9h até às 13h; essa informação foi disponibilizada nas redes sociais do AEAP e, também, na página oficial;
2. Deixar um agradecimento público ao profissionalismo, disponibilidade e empenho dos professores do Agrupamento, do Secretariado de Exames do AEAP e dos AO nesta avaliação externa, em que colocaram os alunos em primeiro lugar;
3. Informar que a Casa do Povo de Messines é a Associação escolhida para dar continuidade às atividades AEC do Agrupamento;

4. No dia 15, o Diretor teve uma reunião do Conselho Municipal de Educação de Albufeira, onde estiveram representadas todas as organizações do referido Conselho, bem como a CCDR, através da Exma. Sra. Vice-Presidente, Doutora Alexandra Gonçalves;

5. Em relação à informação solicitada pela Sra. Conselheira Lurdes Cristóvão sobre a “Classificação: 06.01.020000 - Privadas”, informou que esta rubrica tem a ver com os donativos que efetuaram ao Agrupamento (ex: da Associação Jack Petchey, da Prime Skills).

Os Membros do Conselho Geral também elogiaram o profissionalismo demonstrado pela Comunidade Escolar no decorrer de todo o processo de execução dos exames Nacionais.

Passando ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, o Diretor informou que o Relatório do Plano Anual de Atividades foi elaborado pelo Observatório da Qualidade. E destacou o seguinte do respetivo relatório: “O presente Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades (PAA) 2025/2026 analisa o grau de concretização das atividades previstas e o respetivo contributo para a prossecução dos objetivos estratégicos e metas definidos no Projeto Educativo do Agrupamento e o respetivo enquadramento no âmbito das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e das dimensões da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. A avaliação efetuada evidencia uma execução global muito positiva do PAA, traduzida numa elevada taxa de concretização das atividades propostas e aprovadas pelo Conselho Pedagógico e numa participação ativa das diferentes estruturas pedagógicas e organizacionais. Os resultados obtidos demonstram que o PAA constituiu um instrumento eficaz de operacionalização da estratégia educativa do Agrupamento, contribuindo para a promoção do sucesso educativo, para o reforço da qualidade das práticas pedagógicas e das aprendizagens e para a consolidação da participação da comunidade educativa, permitindo uma articulação vertical e horizontal entre as várias estruturas. A diversidade das iniciativas implementadas, abrangendo diferentes modalidades de intervenção e níveis de ensino, confirma a capacidade do Agrupamento para desenvolver uma oferta educativa ampla e equilibrada, articulando atividades curriculares, projetos de inovação pedagógica, ações de cidadania, iniciativas culturais, científicas, desportivas e de parceria com entidades externas. Esta diversidade traduz-se numa resposta educativa coerente com os princípios de inclusão, participação e formação integral dos alunos que orientam o Projeto Educativo do Agrupamento. A análise dos indicadores evidencia igualmente uma forte mobilização das estruturas organizacionais, refletindo uma cultura institucional assente no trabalho colaborativo, na corresponsabilização e na capacidade de adaptação às exigências decorrentes da implementação e concretização das atividades previstas no Plano. Os reduzidos desvios observados entre as atividades previstas e as efetivamente realizadas

assumem um caráter residual e não comprometem a avaliação global da execução do PAA, constituindo antes oportunidades de aperfeiçoamento dos processos de monitorização e acompanhamento. De um modo geral, os resultados alcançados permitem concluir que o Plano Anual de Atividades cumpriu, de forma muito satisfatória, a sua função enquanto instrumento de concretização do Projeto Educativo, das áreas de competências do PASEO e da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, reforçando a coerência entre o planeamento estratégico, a ação educativa desenvolvida e os processos de autoavaliação implementados pelo Agrupamento.

Dos resultados Gerais da análise realizada destacam-se os seguintes resultados:

- Elevado grau de execução do Plano Anual de Atividades, com a concretização da quase totalidade das atividades previstas, refletindo eficácia dos processos de planificação, coordenação e monitorização.

- Participação alargada dos departamentos curriculares, estruturas de coordenação e serviços especializados, evidenciando uma forte cultura de colaboração institucional.

- Diversificação das modalidades de intervenção, privilegiando projetos em parceria, Visitas de Estudo, atividades culturais, científicas, ambientais, desportivas e de cidadania, potenciando aprendizagens contextualizadas e o desenvolvimento de competências transversais.

- Envolvimento de toda a comunidade educativa, nomeadamente docentes, pessoal não docente, encarregados de educação e alguns dos parceiros externos.

- Elevado alinhamento entre as atividades desenvolvidas e os objetivos estratégicos e metas definidos no Projeto Educativo, nomeadamente nos domínios da promoção do sucesso educativo, da inovação pedagógica, da articulação curricular e da valorização da identidade do Agrupamento.

A avaliação evidencia como principais pontos fortes:

- A eficácia dos processos de planificação e acompanhamento da execução do PAA;
- O forte compromisso das estruturas pedagógicas e organizacionais na concretização das atividades;

- A diversidade e qualidade das atividades proporcionadas aos alunos;
- A capacidade de estabelecer parcerias e reforçar a ligação entre a escola e a comunidade;
- A coerência entre o Plano Anual de Atividades, os objetivos estratégicos do Projeto Educativo, as áreas de competências do PASEO e as dimensões da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;

- A consolidação de uma cultura organizacional orientada para a qualidade, a participação e a melhoria contínua.”

O Presidente fez um pequeno reparo pois no que se refere a “Coordenação das Bibliotecas” deveria surgir a designação “Bibliotecas Escolares”. Foram ainda levantadas questões relativamente aos laboratórios digitais LED, se não se propuseram atividades nenhuma, se não se realizaram atividades nos laboratórios LED e se existiram e não foram avaliadas, dado que não existe qualquer referência às mesmas no Relatório do PAA. O Conselho geral recomenda que futuramente sejam planificadas atividades pela equipa LED, no PAA.

A professora Ana Carolina Sousa utilizou a sala LED e houve verificação antes e depois de a utilizar. Sentiu dificuldades e constrangimentos para conseguir utilizar a sala LED da escola D. Martim Fernandes e questiona se a política de utilização das mesmas mudou por indicação do Sr. Diretor ou por indicação da Sr.^a Coordenadora. O Diretor respondeu que foram tomadas demasiado à leia as indicações da DGE e que a dinâmica de utilização irá ser mudada o que levará a uma maior democratização do acesso aos laboratórios LED, irá formar uma equipa mais lata e a sala vai estar “aberta”, reforçando que as restrições de utilização não foram indicações dadas por ele, foram decisões da Sr.^a Coordenadora. Os conselheiros recomendam que, no próximo ano letivo não existam constrangimentos de utilização dos laboratórios Led, pois consideram que a sala é para estar “aberta” a alunos e professores e que a equipa proponha atividades no PAA.

Os membros do Conselho Geral votaram por unanimidade a aprovação do PAA.

Relativamente ao 4.º ponto da ordem de trabalhos os conselheiros votaram por unanimidade a seguinte alteração: No Artigo 25.º, alínea i), na sua redação atual, está contemplado «A coordenadora da Autonomia e Flexibilidade Curricular ». A alteração pretendida para a alínea em epígrafe é a seguinte: «A coordenadora dos Cursos Noturnos».

Passando ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos, foram feitos pequenos reparos ao documento apresentado e lembrou-se que relativamente aos horários do Jardim de Infância da Guia, alguns Encarregados de Educação solicitaram que o horário de abertura do mesmo continuasse a ser às 8 horas, mediante apresentação de documento da entidade patronal. Esta situação já decorreu este ano letivo e correu muito bem. O Presidente do Conselho Geral solicitou para que, no horário dos alunos, existisse uma preferência para que as disciplinas de estudo decorressem durante o período da manhã.

Foi ainda sugerido que a escola estivesse ligada à Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola. O Sr. Diretor afirmou que vai pesquisar sobre o assunto e poderá “abrir portas” a esse projeto.

Foi ainda analisada a logística da entrega de diplomas, sublinhando-se que este processo exige pelo menos um mês de preparação para a elaboração de listagens e contactos culturais. Foi

realçada a dificuldade em reservar o Auditório Municipal, tendo ocorrido complicações no ano anterior por falta de marcação com muita antecedência.

O Conselho Geral sugeriu que a entrega de diplomas seja estipulada para a última semana de setembro ou a primeira de outubro. Esta janela de duas semanas, permitiria à direção e à equipa técnica realizar marcações com a devida antecedência junto da Câmara Municipal. O Diretor reiterou que a decisão final sobre as datas cabe à direção, mas acolheu a sugestão como orientação de planeamento.

Relativamente ao ponto 6 da ordem de trabalhos, o Diretor solicitou flexibilidade na marcação das suas férias, prevendo a necessidade de as ajustar, devido à logística da entrega de diplomas e às férias da Coordenadora Técnica, Isabel Fernandes, previstas para o início de outubro.

O mapa de férias foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto sete da ordem de trabalhos, foi decidido adiar a discussão detalhada para a próxima reunião. Foi ainda mencionado que os conselheiros receberam o parecer da tutela e os relatórios enviados pelo Diretor relativos à sua avaliação.

De seguida houve um debate sobre a “vulgarização” dos quadros de mérito, notando-se que os alunos com média de 3.50 conseguem aceder ao quadro, muitas vezes impulsionados por classificações elevadas em áreas de expressões (Educação Física, Educação Visual; Música), apesar de apresentarem falhas no trabalho escolar e faltas de material. O Diretor esclareceu que o Conselho Pedagógico abordou a necessidade de subir os critérios de acesso para garantir que o quadro seja um reconhecimento de excelência e que ficou definido que no início do próximo ano letivo serão decididas formas rigorosas de seleção, para que as alterações surtam efeito em 2027/2028.

Questionado sobre a futura unificação do 1.º e 2.º ciclo, prevista para o ano letivo de 2027/2028, o Diretor informou que participou numa reunião de Diretores a 11 de julho e ainda nada está definido. A tutela está a analisar uma reforma estrutural que implicará mudanças na constituição dos conselhos gerais, na eleição do diretor; embora a perspetiva seja a unificação, o processo encontra-se em fase de análise e aguardam-se diretrizes superiores.

Foram ainda apresentadas as datas previstas para a receção e início das atividades, tendo o Diretor destacados as seguintes:

- 14 de setembro - receção ao pré-escolar e ao 1.º ciclo e aos 5.º, 7.º e 1.º dos cursos profissionais e EFA;
- 18 de setembro - receção aos alunos de 10.º ano dos cursos científico-humanísticos;
- 21 de setembro - início das atividades letivas dos cursos científico-humanísticos.

Seguidamente o Diretor solicitou ao Conselho Geral autorização para a nomeação de três assessores técnico-pedagógicos para apoiar a equipa da Direção que se encontra subcarregada com muito trabalho. O Diretor prevê uma carga horária de quatro tempos letivos para cada assessor. O Conselho Geral aprovou o pedido do Diretor, ficando a apresentação nomeação dos assessores e a distribuição específica de horas para uma próxima reunião.

Relativamente aos outros assuntos, o Diretor fez um agradecimento especial aos serviços administrativos e à professora Paula Espírito Santo, pela gestão eficaz da época de exames e de matrículas, apesar do elevado trabalho, o atendimento foi elogiado pelo cuidado e disponibilidade demonstrada.

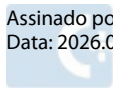
O presidente da reunião desejou boas férias a todos os membros deste conselho.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata constituída por 7 páginas que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Reunião:

Jorge Duarte Serra

Assinado por: **Jorge Miguel Robalo Duarte Serra**
Data: 2026.09.24 16:44:26+01'00'



A Secretária:

Maria José Alves

Assinado por: **Maria José Sargaço Alves**
Num. de Identificação: 06293946
Data: 2026.09.27 15:48:10+01'00'

